

SUMÁRIO

1	Justiça Penal no Estado Democrático de Direito	1
1	O garantismo como ponto central do sistema processual penal.....	1
2	Configuração formal do sistema processual penal	4
3	Aspectos gerais do processo penal brasileiro.....	6
4	O acesso à justiça como cânone do processo penal	8
5	O Código de Processo Penal e a Constituição Federal.....	9
2	Princípios Constitucionais.....	13
1	Visão geral	13
2	As “vigas mestras” do sistema: o princípio do estado de inocência e do devido processo legal	15
3	Classificação dos princípios subordinados	18
3.1	Princípios explícitos.....	19
3.1.1	Relativos ao indivíduo	19
3.1.2	Relativos ao Estado	25
3.2	Princípios implícitos	30
3	Aplicação da Lei Processual Penal: Quanto ao Tempo, ao Espaço e às Pessoas.....	39
1	Aplicação da lei processual penal com relação ao tempo. Alcance processual	39
2	Aplicação da lei processual penal quanto ao espaço.....	40
3	Aplicação da lei processual penal quanto às pessoas.....	40
4	Fase Pré-Processual: Inquérito Policial e Termo Circunstanciado.....	43
1	A persecução criminal	43
2	A Polícia.....	43
3	Notícia do crime	46
4	O Inquérito.....	46
4.1	Inquéritos judiciais	47

4.2	Inquérito ministerial.....	47
4.3	Inquérito policial militar.....	50
4.4	Inquérito parlamentar.....	50
4.5	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).....	50
4.6	Inquérito civil.....	51
4.7	Inquérito policial federal.....	51
5	O Inquérito Policial.....	52
5.1	Prazo para início.....	54
5.2	Início do inquérito policial.....	54
5.2.1	Requisitos mínimos.....	54
5.3	Formas de iniciar-se um inquérito policial.....	55
5.3.1	De ofício (art. 5º, I).....	55
5.3.2	Por requisição (art. 5º, II).....	57
5.3.3	Por requerimento (a pedido).....	57
5.3.4	Por auto de prisão em flagrante.....	58
5.3.5	Por auto de apresentação espontânea.....	59
5.4	Providências no inquérito.....	59
5.4.1	Comparecimento ao local dos fatos (art. 6º, I).....	59
5.4.2	Apreensão de objetos (art. 6º, II).....	59
5.4.3	Colher todas as provas que servirem para esclarecimento do fato (art. 6º, III).....	60
5.4.4	Oitiva dos envolvidos (art. 6º, IV e V).....	60
5.4.5	Reconhecimento de pessoas e coisas (art. 6º, VI).....	61
5.4.6	Acareações (art. 6º, VI).....	61
5.4.7	Requisitar exames técnicos (art. 6º, VII).....	61
5.4.8	Identificação, individualização do indiciado (art. 6º, VIII e IX) e formal indiciamento (Lei nº 12.830/13).....	62
5.4.9	Colher informações sobre filhos (art. 6º, X).....	65
5.4.10	Reprodução simulada dos fatos (art. 7º).....	65
5.4.11	Acesso a dados cadastrais mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de Internet e administradoras de cartão de crédito em crimes de lavagem de ativos (art. 17-B da Lei nº 9.613/98).....	65
5.4.12	Requisição de dados cadastrais de órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada de meios técnicos adequados que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso (arts. 13-A e 13-B).....	66

5.4.13 Casos de violência doméstica	67
5.5 Diligências em outras comarcas	67
5.6 Prazos.....	68
5.7 Conclusão do inquérito policial	69
5.8 Destino do inquérito policial.....	69
5.8.1 Requerer o retorno dos autos à Delegacia de Polícia de origem.....	69
5.8.2 Oferecer denúncia.....	70
5.8.3 Requerer o arquivamento.....	70
5.8.4 Não oferecimento da denúncia em casos de investigação sobre Organização Criminosa (Lei nº 12.850/13).....	73
5.9 Valor probatório e nulidades	73
5.10 Incomunicabilidade e sigilo	74
6 Termo circunstanciado	75
6.1 Infrações de menor potencial ofensivo	75
6.2 Autoridade competente	76
6.3 Providências no termo circunstanciado.....	78
6.4 Destino do termo circunstanciado	79
5 Ação Penal	81
1 Introdução. O direito de ação	81
2 Características do Direito de Ação.....	82
3 Ação e processo.....	83
4 Condições da ação.....	84
4.1 Condições genéricas da ação	85
4.2 Justa causa	86
4.3 Condições específicas da ação ou condições de procedibilidade	87
5 Condições do processo	88
5.1 Pressupostos processuais.....	88
5.2 Condições de punibilidade	88
6 Classificações da Ação	90
6.1 Classificação objetiva.....	90
6.2 Classificação subjetiva	91
7 Ação penal pública	91
7.1 Petição inicial da ação penal pública: a denúncia.....	93
7.1.1 Requisitos formais da denúncia	94
7.1.2 Proposta de suspensão condicional do processo	97

7.1.3	Prazos para o oferecimento da denúncia	99
7.1.4	Recebimento e rejeição.....	101
7.2	Subdivisão da ação penal pública: ação incondicionada e ação condicionada.....	101
7.2.1	Ação pública incondicionada	101
7.2.2	Ação pública condicionada.....	101
8	Ação penal privada.....	106
8.1	Ação penal privada propriamente dita.....	109
8.2	Ação penal privada personalíssima	110
8.3	Ação penal privada subsidiária da pública	111
8.3.1	Ação privada subsidiária como direito fundamental	112
8.4	Disponibilidade do ofendido.....	113
8.5	Limitações à disponibilidade do ofendido.....	116
8.6	Ação penal privada optativa (legitimidade concorrente)	117
9	Nascimento do processo penal	117
10	Ação penal popular	118
6	Jurisdição e Competência.....	121
1	Jurisdição	121
1.1	Princípios da jurisdição.....	122
1.2	Atributos da jurisdição	123
1.3	Divisão da jurisdição	123
1.4	Organização judiciária constitucional.....	123
2	Competência	124
2.1	Determinação da competência.....	124
2.1.1	Competência determinada pela infração (arts. 70 e 71 do CPP).....	125
2.1.1.1	Local da infração	125
2.1.1.2	Natureza da infração	129
2.1.2	Competência determinada pelo autor do fato.....	140
2.1.3	Competência determinada pela atividade judiciária.....	145
3	Extraterritorialidade.....	147
7	Partes e Sujeitos Processuais.....	151
1	Introdução	151
2	Juiz.....	151
3	Ministério Público.....	152

4	Assistente de acusação	153
5	Querelante	154
6	Defensor.....	154
7	Peritos e auxiliares da justiça	155
8	Assistente técnico	156
8	Citação, Notificações e Intimações	157
1	Introdução	157
2	Citação	158
2.1	Modalidades de citação	159
2.1.1	Citação pessoal ou real	160
2.1.2	Citação por carta precatória	161
2.1.3	Citação por carta de ordem	162
2.1.4	Citação por carta rogatória	162
2.1.5	Citação por edital	163
2.1.6	Citação com hora certa.....	166
2.1.7	Situações especiais de citação. Réu preso e servidores públicos.....	167
3	Notificações e intimações	168
9	Provas	171
1	Introdução	171
2	Ônus da prova	172
3	Fases da prova	173
3.1	Apresentação da prova	173
3.2	Deferimento da prova.....	175
3.2.1	Provas ilícitas	175
3.2.2	Provas ilícitas por derivação	178
3.2.3	Prova fortuita	180
3.3	Produção da prova	180
3.4	Avaliação da prova	183
3.4.1	Sistema da íntima convicção.....	183
3.4.2	Sistema da convicção legal	183
3.4.3	Sistema da livre convicção motivada.....	183
4	Das provas em espécie	184
4.1	Prova pericial	184
4.1.1	Exame necroscópico (autópsia) e exumação.....	186

4.1.2	Exame de lesões corporais	187
4.1.3	Exame residuográfico	188
4.1.4	Balística	188
4.1.5	Exame de local de crime.....	188
4.1.6	Exames laboratoriais.....	189
4.1.7	Exames em objetos ou instrumentos do crime	190
4.1.8	Exame grafotécnico.....	190
4.1.9	Documentoscópico	190
4.2	O interrogatório do acusado e a confissão	190
4.2.1	Direito ao silêncio	192
4.2.2	Direito à orientação jurídica.....	195
4.2.3	Direito a saber o nome da autoridade	195
4.2.4	Confissão e delação (ou colaboração) premiada	195
4.2.5	Interrogatório nas dependências do estabelecimento penal....	197
4.2.6	Interrogatório por videoconferência	198
4.3	O ofendido	199
4.4	A testemunha.....	200
4.4.1	Lei de Proteção à Testemunha.....	207
4.5	O reconhecimento de pessoas e coisas.....	208
4.6	A acareação	209
4.7	Os documentos.....	210
4.8	Os indícios e a prova indiciária.....	210
4.9	A busca e apreensão.....	211
4.10	A interceptação de dados e de comunicações	213
10	Liberdade, Medidas Cautelares e Prisão Provisória	217
1	Introdução	217
2	Prisão.....	219
2.1	Formalidades quanto à execução da prisão	221
2.2	Espécies de prisão	224
2.2.1	Prisões para fins de investigação.....	224
2.2.1.1	Prisão temporária.....	224
2.2.1.2	Prisão em flagrante.....	227
2.2.2	Prisão preventiva.....	237
2.2.2.1	Certeza da existência de crime doloso e indícios suficientes de autoria	238

2.2.2.2	Fundamentos sobre a necessidade de prevenção (periculum libertatis)	239
2.2.2.3	Situações de admissibilidade.....	242
2.2.3	Prisão domiciliar	246
2.2.4	Prisão cautelar em extradição.....	247
3	Comparecimento periódico em juízo	249
4	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	249
5	Proibição de manter contato com pessoa determinada	249
6	Proibição de se ausentar da Comarca	249
7	Recolhimento domiciliar	250
8	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	250
9	Internação provisória.....	250
10	Fiança	250
11	Monitoração eletrônica.....	253
12	Proibição de se ausentar do país.....	253
11	Procedimentos.....	255
1	Introdução	255
2	Procedimentos ordinário e sumário	259
2.1	Oferecimento da denúncia e suspensão condicional do processo....	259
2.2	Recebimento ou rejeição da inicial	261
2.3	Citação e resposta à acusação	265
2.4	Absolvição sumária ou prosseguimento do feito.....	266
2.5	Audiência única de instrução e julgamento	268
2.5.1	Oitiva da vítima (ofendido) e das testemunhas	269
2.5.2	Oitiva dos peritos e assistentes técnicos.....	269
2.5.3	Interrogatório do réu	270
2.5.4	Debates orais e memoriais	270
2.6	Decisão	271
2.7	Diferenças entre os procedimentos ordinário e sumário.....	271
3	Procedimento sumaríssimo	272
3.1	Peculiaridades do procedimento sumaríssimo	275
3.2	Síntese do procedimento sumaríssimo	276
3.2.1	Audiência preliminar (arts. 72 e ss. da Lei nº 9.099/95)	277
3.2.2	Audiência de instrução e julgamento	281

4	Procedimento do júri	283
4.1	Acusação e instrução preliminar.....	285
4.2	Término da fase preliminar: decisões possíveis	287
4.3	Preparação do Plenário	290
4.4	Alistamento e função dos jurados.....	291
4.5	Formação do Conselho de Sentença.....	292
4.6	Plenário do Júri	293
4.7	Quesitos.....	295
4.8	Julgamento pelo Conselho de Sentença	298
4.9	Desaforamento	299
5	Procedimentos especiais do Código de Processo Penal.....	301
5.1	Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	301
5.2	Crimes contra a honra.....	301
5.3	Crimes contra a propriedade imaterial e ação penal privada	302
6	Procedimentos especiais da legislação extravagante.....	302
6.1	Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65).....	302
6.2	Crimes de competência originária (Lei nº 8.038/90)	303
6.3	Crimes da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	304
6.4	Crimes de falência (Lei nº 11.101/2003).....	305
12	Exceções	307
1	Introdução	307
2	Suspeição. Incompatibilidade. Impedimento	307
3	Incompetência.....	310
4	Ilegitimidade de partes	310
5	Coisa julgada.....	311
6	Litispendência.....	311
7	Exceção da verdade ou da notoriedade nos crimes contra a honra.....	312
13	Questões Prejudiciais	315
1	Introdução	315
2	Questão prejudicial de devolução obrigatória (art. 92 do CPP)	316
3	Questão prejudicial de devolução facultativa (art. 93 do CPP).....	317
14	Processos Incidentais	319
1	Introdução	319
2	Conflito de jurisdição e de competência	319

3	Restituição de coisas apreendidas	320
4	Medidas assecuratórias	322
4.1	Sequestro de bens	323
4.2	Hipoteca legal, arresto prévio de imóveis e arresto de móveis	324
4.3	Medidas assecuratórias da Lei de “Lavagem de Ativos” (Lei nº 9.613/98)	326
4.4	Medidas assecuratórias da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	326
4.5	Medidas assecuratórias da Lei de Terrorismo (Lei nº 13.260/16)	327
5	Incidente de falsidade documental	327
6	Incidente de insanidade mental do acusado	328
15	Nulidades	331
1	Introdução. Classificação dos atos	331
2	Características das nulidades	333
3	Momento oportuno para a sanidade do vício relativo	335
4	Renovação e retificação dos atos	335
16	Manifestações Judiciais: Despachos e Decisões	337
1	Introdução	337
2	Classificação das decisões	337
3	Correlação entre acusação e sentença. <i>Emendatio libelli e mutatio libelli</i>	338
3.1	<i>Emendatio libelli</i>	339
3.2	<i>Mutatio libelli</i>	341
4	Decisões definitivas: sentença condenatória e absolutória	343
4.1	Sentença condenatória	344
4.2	Sentença absolutória	347
4.3	Publicação e intimação da sentença	347
17	Teoria Geral do Recurso Penal	349
1	Aspectos gerais dos recursos	349
2	O princípio do duplo grau de jurisdição: fundamentos, natureza jurídica, conteúdo e limitação	350
3	Conceito, natureza jurídica e classificação dos recursos	354
4	Princípios recursais	359
4.1	Fungibilidade	359
4.2	Taxatividade	360
4.3	Unirrecorribilidade	360

4.4	Complementaridade	361
4.5	Dialeticidade.....	361
4.6	Disponibilidade	362
5	Efeitos dos recursos.....	363
5.1	Efeito suspensivo.....	364
5.2	Efeito devolutivo	364
5.3	Efeito iterativo ou regressivo	364
5.4	Efeito misto.....	365
5.5	Efeito extensivo	365
6	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	366
7	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> e permissão da <i>reformatio in melius</i>	366
8	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i>	368
9	Cláusula da reserva de plenário.....	368
10	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	369
10.1	Conceitos.....	369
10.2	Juízo de admissibilidade. Objeto, competência, natureza e efeitos	370
10.3	Juízo de mérito. Objeto, competência e efeitos	372
11	Requisitos dos recursos	373
11.1	Requisitos objetivos	375
11.1.1	Cabimento e adequação (regularidade formal)	375
11.1.2	Tempestividade.....	376
11.1.3	Ausência de fatos impeditivos e extintivos	378
11.2	Requisitos subjetivos.....	380
11.2.1	Legitimidade recursal	380
11.2.2	Interesse em recorrer (utilidade).....	382
18	Recursos em Espécie	385
1	Apelação	385
1.1	Cabimento.....	385
1.1.1	Das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.....	386
1.1.2	Das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no capítulo anterior	386
1.1.3	Das decisões do Tribunal do Júri	387
1.1.4	Da decisão de impronúncia	390
1.2	Tempestividade.....	390
1.3	Regularidade procedimental	392

1.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	393
1.5	Legitimidade	393
1.6	Interesse	394
1.7	Procedimento	394
1.8	Efeitos	395
1.9	Apelação no procedimento sumaríssimo da Lei nº 9.099/95	396
2	Recurso em sentido estrito	397
2.1	Cabimento	398
2.1.1	Rejeição da denúncia ou queixa	398
2.1.2	Incompetência do juízo	398
2.1.3	Procedência das exceções, exceto a suspeição	399
2.1.4	Pronúncia do réu	399
2.1.5	Decisão sobre prisão, liberdade provisória e fiança	400
2.1.6	Decisão que declara ou rejeita o pedido de reconhecimento da extinção da punibilidade	400
2.1.7	Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	401
2.1.8	Anulação do processo no todo ou em parte	401
2.1.9	Denegação da apelação ou a julga deserta	401
2.1.10	Suspensão do processo por questão prejudicial	402
2.1.11	Decisão sobre incidente de falsidade	402
2.1.12	Inclusão ou exclusão de jurado da lista geral	402
2.1.13	Revogação da suspensão condicional da pena	403
2.1.14	Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção (Lei nº 9.503/97)	403
2.1.15	Concessão ou denegação de prisão preventiva ou afastamento do cargo em crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores	403
2.1.16	Demais hipóteses não aplicáveis	404
2.2	Tempestividade	404
2.3	Regularidade procedimental	405
2.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	406
2.5	Legitimidade	406
2.6	Interesse	407
2.7	Procedimento	407
2.8	Efeitos	408
3	Embargos de Declaração	408
3.1	Cabimento	409

3.1.1	Ambiguidade e obscuridade	409
3.1.2	Contradição	409
3.1.3	Omissão	410
3.1.4	Dúvida	410
3.2	Tempestividade.....	410
3.3	Regularidade procedimental	410
3.4	Legitimidade e interesse	410
3.5	Procedimento	411
3.6	Efeitos	411
3.7	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	412
3.8	Julgamento	412
4	Embargos infringentes e de nulidade	412
4.1	Cabimento.....	412
4.2	Tempestividade.....	413
4.3	Regularidade procedimental	414
4.4	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	414
4.5	Legitimidade e interesse	414
4.6	Procedimento	414
4.7	Efeitos dos embargos infringentes	415
5	Carta testemunhável	415
5.1	Requisitos	415
5.2	Tempestividade.....	416
5.3	Procedimento	416
5.4	Efeitos	416
6	Correição parcial	417
6.1	Cabimento.....	417
6.2	Tempestividade.....	417
6.3	Procedimento	417
6.4	Efeitos	418
7	Recurso extraordinário e recurso especial	418
7.1	Cabimento: questões comuns ao recurso extraordinário e ao recurso especial	418
7.1.1	“Causas decididas”	419
7.1.2	“Única ou última instância”	419
7.1.3	“Órgão que proferiu a decisão”	420
7.1.4	“Questões de direito federal”	420

7.1.5	O prequestionamento	421
7.2	Repercussão geral no recurso extraordinário.....	421
7.3	Os recursos repetitivos e seus procedimentos no STJ e STF.....	422
7.4	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	423
7.4.1	Contrariedade a dispositivo constitucional (art. 102, III, <i>a</i>)....	423
7.4.2	Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, <i>b</i>)	424
7.4.3	Julgamento sobre a validade de lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição (art. 102, III, <i>c</i>).....	424
7.4.4	Julgamento sobre validade de lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, <i>d</i>)	424
7.5	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	424
7.5.1	Contrariedade ou negativa de vigência de tratado ou lei federal (art. 105, III, <i>a</i>)	424
7.5.2	Julgamento sobre a validade de ato de governo local contes- tado em face de lei federal (art. 105, III, <i>b</i>).....	425
7.5.3	Dissídio/Divergência jurisprudencial (art. 105, III, <i>c</i>)	425
7.6	Tempestividade.....	426
7.7	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	426
7.8	Legitimidade.....	427
7.9	Interesse.....	427
7.10	Processamento.....	427
7.11	Efeitos	430
8	Recurso Ordinário Constitucional.....	433
8.1	Cabimento.....	434
8.2	Recurso Ordinário Constitucional no STF.....	434
8.3	Recurso Ordinário Constitucional no STJ.....	435
8.4	Procedimento	436
8.4.1	Liminar	436
8.4.2	Legitimidade passiva para interposição	436
8.4.3	Procedimento no STJ.....	437
8.4.4	Procedimento no STF.....	439
8.5	Efeitos	439
8.6	Denegação.....	439
8.7	Recurso Ordinário Constitucional × <i>Habeas Corpus</i> Substitutivo...	439
9	Agravo em execução penal.....	441

19 Revisão Criminal	443
1 Aspectos gerais.....	443
2 Condições da ação.....	444
2.1 Possibilidade jurídica do pedido.....	444
2.2 Causa de pedir	445
2.2.1 Quando a sentença condenatória for contrária ao texto exp- presso da lei penal (art. 621, I, primeira parte, do Código de Processo Penal).....	445
2.2.2 Quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos (art. 621, I, segunda parte, do Código de Processo Penal)	445
2.2.3 Quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (art. 621, II, do Código de Processo Penal).....	446
2.2.4 Quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621, III, do Código de Processo Penal)	446
2.3 Interesse de agir.....	447
2.4 Legitimidade.....	447
3 Pressupostos processuais.....	448
4 Competência	448
5 Procedimento.....	449
6 Consequências da procedência da revisão criminal.....	449
7 Coisa julgada.....	450
8 Indenização por erro judiciário.....	451
20 Habeas Corpus	453
1 Aspectos históricos.....	453
2 Natureza jurídica	455
3 Espécies de <i>habeas corpus</i>	456
4 Condições da ação.....	457
4.1 Possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.....	457
4.2 Legitimidade de parte. As partes envolvidas.....	459
5 Hipóteses legais de impetração.....	462
6 Pressupostos processuais.....	462
7 Competência	464
8 Procedimento.....	465

21 Ação Civil e Reparação Decorrentes do Delito.....	469
1 Introdução.....	469
2 Responsabilidade civil decorrente da sentença penal condenatória.....	470
3 Responsabilidade civil decorrente de sentença penal absolutória	470
4 Sentença que declara a extinção da punibilidade. O perdão judicial	472
5 Absolvição sumária e reparação civil.....	473
Bibliografia.....	475
Índice Remissivo	481